

As Benemerências do sr. Getúlio Vargas

27 VIII 51

Que a legislação social do País não foi obra pessoal e, ainda menos, unipessoal, e decorreu, não só de solenes compromissos internacionais assentados na Liga das Nações, mas, também, de um verdadeiro movimento de opinião corporificado na Aliança Liberal, em 1929, cousa é que ficou sobejamente demonstrada. Amplie-se quanto se queira o mérito do sr. Getúlio Vargas nas reformas operadas desde aquela época: ainda assim, muita cousa ficará fora da esfera da sua influência pessoal.

Concedamos, porém, somente para argumentar, que tudo se devesse, em materia de legislação social, ao atual presidente da República. Bastaria isto para justificar a obcecada gratidão, com que tão generosamente o tem premiado os trabalhadores brasileiros? Uma cousa é fazer leis — fazer as mais belas leis do mundo — e outra cousa, muito diversa, é dar ao trabalhador verdadeiro bem estar. Se o sr. Getúlio Vargas tivesse sido somente legislador e, como legislador, tivesse dado aos trabalhadores a legislação atual, cumprida teria sido a sua tarefa e creditado estaria pelo montante da obra. Mas, muito mais que legislador, o sr. Getúlio Vargas foi governante: governou este país quinze anos a fio, dos quais a maior parte discricionariamente, sem nenhuma limitação constitucional. O seu julgamento pelos trabalhadores deve ser feito também sob este aspecto. Conceda-se ao legislador tudo quanto se queira: necessário é examinar também o que fez, não fez, ou desfez o governante, já que um não se pode cindir do outro.

Ora, que fez pelo bem-estar do trabalhador o governante Getúlio Vargas, justamente o governante que neste país, já enfeixou a maior soma de poderes e dirigiu a nação por mais dilatado prazo de tempo? Em verdade, o governante Getúlio Vargas pouco fez pelo trabalhador e quase tudo contra ele.

Com efeito, o fenômeno econômico característico do longo período governativo do sr. Getúlio Vargas foi o constante encarecimento das utilidades essenciais. Longe de se tornar mais fácil, cada vez mais dificultosa se foi fazendo a vida do trabalhador, pois somente de longe e com grande atraso a elevação dos salários tem acompanhado a elevação do custo da vida. Que importam, pois, as chamadas conquistas do trabalhador (que muitos trabalhadores não consideram conquista, senão dádiva) que importam tais conquistas, se antes delas o trabalhador vivia mais folgadamente? Para que não se baldasse a legislação social, para que dela pudesse o trabalhador tirar todo o proveito, teria sido necessário que, ao lado do reformador, tivesse havido um governante capaz, que, em vez de lhe anular a obra, a tornasse efetiva. Falhou, porém, o governante no sr. Getúlio Vargas, porque o reformador não era sincero e das reformas pretendia apenas tirar as vantagens políticas, que realmente alcançou.

Objetar-se-á, talvez, que a constante ascensão do custo da vida foi consequência de fatores estranhos ao governo do sr. Getúlio Vargas e independentes da sua influência; tanto mais quanto tem sido este um fenômeno geral, senão universal. Ninguém negará a influência de semelhantes fatores, mas afirmar se pode, sem temor de contestação, que não os soube corrigir o governo, na medida do possível, e que a eles acrescentou, por sua livre iniciativa, outros e poderosos fatores.

Com efeito, logo depois da sua ascensão ao poder federal, caracterizou o sr. Getúlio Vargas a sua política econômica, pela extensão à União dos chamados institutos de produção, que ele criara quando no governo do Rio Grande. Não há quem, em nosso Estado, ignore o que eram tais institutos. Embora houvesse entre eles notáveis diferenças, e alguns tivessem prestado verdadeiros serviços, visavam eles valorizar a produção, isto é, elevar o preço da mercadoria, pela supressão da concorrência. Instituíam de fato o monopólio. Seria, ao menos em benefício do produtor, do agricultor que mourejava nas suas terras de sol a sol? Não. Em certos casos, este teve os seus benefícios; em outros, foi simplesmente explorado; mas em todos, o sistema funcionou principalmente em favor de um privilegiado grupo de intermediários, postos à sua testa.

Para beneficiar este reduzido grupo e alimentar uma numerosa burocracia, prejudicou-se não somente o verdadeiro produ-

tor, mas principalmente o consumidor, obrigado a pagar duas e três vezes mais cara a mercadoria. Em toda a parte, o governo luta contra os monopólios, para defender o consumidor. Existe, até, uma legislação especial para isto. No Brasil, o sr. Getúlio Vargas fez, justamente o contrário; estimulou, fomentou, protegeu, legalizou os monopólios. Seria, assim, de estranhar que, ante tão desastrosa política econômica, subisse o custo das subsistências?

Instituindo a ditadura, que só teve um breve interregno constitucional, o sr. Getúlio Vargas caiu no vício de toda ditadura, que é o de fazer obras suntuosas, para impressionar o espírito simples do povo. Erigiu palácios, criou instituições dispendiosas. Isto é, desviou do setor da produção das subsistências, que é fundamental, os recursos do Tesouro que deveriam ser empregados no fomento de produção — no fomento, e não na valorização; e atraiu com a miragem do trabalho nas cidades, os braços que, no campo, iam faltar para alimentar os habitantes das cidades. Se a atração urbana é hoje fenômeno universal, agravou-o consideravelmente a política insensata do que veio depois a chamar-se o Pai dos Pobres.

Mas, além do erro de obras suntuárias feitas num país de economia pobre, como o Brasil, incidiu o sr. Getúlio Vargas num outro vício característico das ditaduras: a burocratização da nação. Como todas as atividades precisam ser vigiadas, multiplicam-se continuamente os funcionários destinados a vigiá-las. Daí essa invasora proliferação de funcionários de carreira, funcionários extra-numerários, funcionários autarquicos. Sobrecarga do orçamento de um lado, desvio de atividades produtivas, do outro. Resultado necessário: encarecimento da vida.

Caracterizou-se ainda o governo do sr. Getúlio Vargas por uma excessiva e insana proteção a uma industria incapaz, quando não artificiosa. Para proteger-lhe a incapacidade, já fartamente subsidiada pelos elevados impostos de importação e por restrições de toda ordem, chegou-se até a proibir a importação de maquinaria para novas fábricas, que viessem concorrer com as existentes. Era o prêmio à rotina e à baixa produtividade. Era, mais uma vez, o encarecimento da vida, pela desarrazoada proteção a uma industria parasitária.

Até aqui examinámos os fatores de encarecimento da vida devidos unicamente à errônea política do sr. Getúlio Vargas. A conflagração mundial, com os grandes sacrificios que exigiu e as graves perturbações acarretadas ao comércio internacional, traria naturalmente a inflação e, com ela, o encarecimento da vida. Mas, semelhantes fatores poderiam ter sido em boa parte corrigidos por uma correta política financeira, que o sr. Souza Costa chegou a esboçar, mas o governo não teve o ânimo de prosseguir.

Aí está, pois. O sr. Getúlio Vargas concorreu diretamente, por ação e por omissão, para a crescente carestia da vida, invalidando em grande parte os benefícios da sua legislação social, concedido que a ele se devesse, esta exclusivamente atribuir. Os peccados: o mau governante superou o reformador, inutilizando-o,